

## REFERIR-SE-ÃO AS CATEGORIAS PSICOLÓGICAS ORDINÁRIAS A CAUSAS INTERNAS DO COMPORTAMENTO?<sup>1,2</sup>

Filipe Lazzeri (USP)<sup>3</sup>

filipelazzeri@gmail.com

**Resumo:** A abordagem de Armstrong e Lewis sobre os conceitos psicológicos ordinários pretende-se uma síntese entre behaviorismo e cartesianismo. Ela sustenta, fundamentalmente, duas teses: (i) a de que esses conceitos, em geral, explicam e predizem comportamentos pela designação de entidades internas (isto é, próprias do interior do corpo) ocupantes de papéis de causar os respectivos comportamentos; e (ii) a tese de que os ocupantes desses papéis causais identificam-se com entidades cerebrais e, eventualmente, substratos internos de outras constituições físicas, no sentido de identidades de tipos (e não de particulares), ainda que restringidas. Por um lado, a abordagem é formulada em oposição à ideia de que os conceitos em questão não se referem a causas internas; mas, por outro, propõe uma forma de visão materialista e entende esses conceitos como possuindo conexões lógicas com relações comportamentais do organismo como um todo com aspectos do ambiente maior. O presente trabalho procura sugerir (a) que tal abordagem é implausível, levantando a ela várias objeções; e (b) que as objeções de Armstrong e Lewis a perspectivas comportamentais não atingem pelo menos uma específica deste tipo, aqui esboçada brevemente e apoiada.

**Palavras-chave:** categorias psicológicas; teoria causal da mente; comportamento; Behaviorismo.

---

<sup>1</sup> Agradecemos, de modo especial, a André S. Porto, Felipe S. Amaral, Herivelto P. Souza, Hilan Bensusan, Jéssica F. de Carvalho, Jorge Oliveira-Castro, Luiz Henrique Dutra, Osvaldo Pessoa Jr., Paulo C. Abrantes e a um parecerista anônimo da revista, pelos comentários a uma ou mais partes de versão prévia deste trabalho. Também à CAPES e à FAPESP, pelo apoio com que contamos (respectivamente, bolsa de mestrado e bolsa de doutorado) na elaboração do trabalho. O conteúdo, entretanto, é de responsabilidade apenas do autor.

<sup>2</sup> Recebido: 06-10-2012/Aprovado: 15-12-2012/Publicado on-line: 29-09-2013.

<sup>3</sup> Filipe Lazzeri é doutorando em Filosofia na Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

A abordagem de Armstrong e Lewis sobre os conceitos psicológicos (ou mentais) ordinários, também chamada de teoria causal da mente, pretende-se uma síntese entre behaviorismo e cartesianismo a respeito desses conceitos. Ela sustenta, fundamentalmente, duas teses, a primeira das quais é a de que (i) esses conceitos, em geral, explicam e predizem comportamentos pela designação de entidades internas (isto é, próprias do interior do corpo) ocupantes de papéis de causar os respectivos comportamentos. A segunda tese é de que (ii) os ocupantes desses (assim concebidos) papéis causais são entidades cerebrais e, eventualmente, substratos internos de outras constituições físicas. A tese (ii) possui uma cláusula propondo que as identidades entre os ocupantes dos papéis causais e entidades cerebrais ou análogas são identidades de tipos (e não de exemplares), ainda que restringidas. Assim, por um lado, a abordagem é formulada em oposição à ideia, associada a perspectivas comportamentais, de que os conceitos psicológicos ordinários não se referem a causas internas, procurando reter o que vê como correto no cartesianismo. Por outro lado, rejeitando o cartesianismo tradicional, propõe um tipo de visão materialista e entende esses conceitos como possuindo conexões lógicas com relações comportamentais do organismo inteiro com aspectos do ambiente maior (isto é, do ambiente fora do corpo), o que vê como correto em perspectivas comportamentais.

O presente trabalho procura sugerir que (a) a abordagem de Armstrong e Lewis<sup>4</sup> (a qual, doravante, designamos

---

<sup>4</sup> A confluência entre as análises desses autores é reconhecida, por exemplo, em Armstrong (1999, Cont.

por '(TCM)') é implausível, apresentando várias objeções a ela<sup>5</sup>; e que (b) as objeções desses autores a perspectivas comportamentais não atingem pelo menos uma perspectiva específica desse tipo. O trabalho está estruturado do seguinte modo: iniciamos com uma revisão de (TCM) (seção 1); em seguida (seção 2), apresentamos algumas objeções a (TCM); depois (seção 3), apresentamos, brevemente, a perspectiva que sugerimos, por meio de uma comparação entre ela e algumas teses gerais que (TCM) tem por implicação; por fim (seção 4), reconstituímos as principais objeções de Armstrong e Lewis e oferecemos contra-argumentos.

## 1 UMA REVISÃO DE (TCM)

(TCM), conforme adiantamos, tem como motivações básicas alguns acordos e desacordos com o que entende por behaviorismo e com o cartesianismo. Segundo Armstrong (1980, 196), ela pode ser entendida como uma síntese dialética entre essas duas perspectivas contrastantes. Essa síntese dá-se mediante a teoria da identidade de tipos de Place (1956) e Smart (1959), conforme veremos.

Uma das motivações, enfatizada especialmente por Armstrong, é a retenção da tese cartesiana de que o conceito de mente é o conceito de uma substância, “arena” ou “reino”. Para Armstrong (1999, 24, tradução nossa), “Des-

---

81 e ss.) e Lewis (1972, 250, n. 3; 1980, 217-218; 1994, 412). Outros autores que sustentam essa abordagem incluem Braddon-Mitchell e Jackson (2007) e Jackson *et al.* (1982).

<sup>5</sup> Como é sabido, há outras formas de teoria causal da mente; por exemplo, o funcionalismo de Putnam (1975a, 1975b) e a versão representacionista e computacional encontradas em autores como Fodor (1975) e Rey (1997). Neste trabalho, as objeções que levantamos são dirigidas, especificamente, à teoria de Armstrong e Lewis, embora algumas delas, arguivelmente, atinjam também outras dessas perspectivas.

cartes estava inteiramente correto em manter que a mente é uma substância, uma coisa unitária”. O autor acredita que os conceitos psicológicos ordinários (os quais, doravante, designamos por 'CPOs') designam acontecimentos próprios de uma substância interna ao corpo: “[O] corpo é uma coisa, um objeto material. [...] A mente é também uma coisa, ou pelo menos uma arena de algum tipo. [...] Esta coisa, ou arena, pode estar em uma ou outra larga variedade de estados mentais, e uma larga variedade de eventos e processos mentais acontecem nela” (ARMSTRONG 1984, 105, tradução nossa). Por outro lado, a abordagem não apoia a visão imaterialista de Descartes sobre a constituição da concebida substância, propondo, antes, “a visão de que a mente [pelo menos humana] é o cérebro” (ARMSTRONG 1968, 337, tradução nossa) (cf. também ARMSTRONG 1968, 73-75; 1984, 105-106/207).

(TCM) tem como motivação correlata a tese de que os CPOs dizem respeito a causas internas de comportamentos (tese que, doravante, designamos por '(MENT)'). Ou seja, para Armstrong e Lewis, ao dizermos que um organismo, por exemplo, tem certas crenças e expectativas, está zangado com algo ou alguém, admira algo ou alguém, etc., estamos designando fenômenos internos e que causam eficientemente os comportamentos que estamos tentando explicar ou prever. Como diz Armstrong (1984, 105), “[A] imagem é *interacionista*. Ela permite, de fato requer, ação recíproca entre corpo e mente” (grifo do autor, tradução nossa). Para (TCM), isso é algo intuitivo e revelado por objeções a perspectivas comportamentais, tal como as objeções da parálise e do “ator perfeito” (as quais avaliamos na seção 4) (cf. ARMSTRONG 1968, 56/68-72; 1980, 194-196; 1984, 137; 1999, 62-64 e LEWIS 1966, 20-22; 1994, 417-418/420).

Entretanto, diferentemente do cartesianismo tradicional, a abordagem sugere que as entidades internas que desempenham os papéis causais relevantes são materiais, em particular, cerebrais e, eventualmente, substratos internos de outras constituições físicas.

Outro interesse de (TCM) é conciliar um aspecto de perspectivas comportamentais com (MENT). Armstrong e Lewis acreditam haver o que chamam de conexões (ou ligações) lógicas (ou analíticas) das predicções psicológicas ordinárias com “comportamentos físicos manifestos” e estímulos, quanto ao que supõem que estão de acordo com essas perspectivas. No entanto, contrariamente a elas, a abordagem entende por essas conexões apenas que as relações envolvendo as entidades internas (tomadas como causas eficientes de comportamentos) são identificadas por referência a comportamentos e a estímulos, sendo estes, respectivamente, reputados como efeitos (*outputs*) e causas iniciais (*inputs*) daquelas: “[O] mental tem ligações lógicas com o comportamento. Pois [o mental] é definido em termos de seu papel causal, e tal papel causal é detalhado [*spelt out*] por referência ao comportamento (incluindo relações com estímulos)” (ARMSTRONG 1984, 147, tradução nossa; cf. também ARMSTRONG 1968, 68/92; 1980, 195; 1999, 61-62 e LEWIS 1966, 20-21; 1972, 256-257; 1994, 417-418). (TCM) concorda, em particular, com a sugestão de Ryle (1949) de que as predicções psicológicas ordinárias de várias categorias podem ser analisadas em termos de enunciados condicionais relacionando situações e comportamentos; mas ela procura conciliá-la com (MENT), concebendo os fatores de verdade dos condicionais como sendo

bases categóricas (isto é, entidades físicas concretas) localizadas dentro dos organismos<sup>6</sup>.

A abordagem procura reunir essas teses modificando e expandindo a teoria da identidade de tipos de Place (1956) e Smart (1959). Tal teoria concebe os CPOs das categorias relativas a sensações e a percepções como maneiras de nos referirmos a tipos de fenômenos cerebrais. Em outras palavras, ela concebe haver identidades *a posteriori* entre alguns tipos de atributos psicológicos<sup>7</sup> com tipos de atributos cerebrais (por exemplo, entre o tipo estar com coceira no pé direito e certo tipo de fenômeno cerebral), de modo similar às identidades de raios com descargas elétricas e de água com H<sub>2</sub>O. Porém, diferentemente de Place (1956) e Smart (1959), que dão ênfase aos estímulos ambientais que causam os fenômenos cerebrais, a abordagem propõe enfatizar as características causais destes e, além disso, estende essa ideia a todas as categorias de CPOs (cf. ARMSTRONG 1968, 79-82; 1999, 81-82 e LEWIS 1980, 217-218; 1994, 412).

(TCM) tem duas teses principais. A primeira, considerada *a priori*, é sobre o funcionamento mesmo dos CPOs – os quais formam o que Lewis (1972, 1984, 1994) chama de psicologia do povo ou de senso comum (*folk* ou *commonsense psychology*) –, segundo a qual eles se referem a ocupantes de funções ou papéis causais, entendidos como aquilo, seja o que for, que esteja causalmente conectado de maneiras relevantes com (i) certos estímulos, (ii) outros ocupantes similares e (iii) movimentos motores. Nos termos de Lewis

---

<sup>6</sup> Isso é explorado, de modo especial, por Armstrong (1968, 85-86; 1980, 195-196; 1999, 83).

<sup>7</sup> Utilizamos a expressão 'atributos psicológicos', aqui, como expressão sinônima de 'atributos referidos através de CPOs'.

(1994, 416, grifo nosso na variável 'M', tradução nossa) (cf. também ARMSTRONG 1968, 79/82/356; 1980, 196; 1984, 139-140; 1999, 81ss e LEWIS 1966, 19-20; 1972, 249-250/256; 1980, 218):

A psicologia do povo [...] diz como estados mentais, singularmente ou em combinação, são aptos a causar comportamentos; e diz como estados mentais são aptos a mudar sob o impacto de outros estímulos perceptivos e estados mentais. Assim, ela associa a cada estado mental um típico papel causal. [...] Sempre que M for um nome da psicologia do povo para um estado mental, a psicologia do povo dirá que M tipicamente ocupa certo papel causal: chame-o de papel-M. Então, analisamos M como significando 'o estado que tipicamente ocupa o papel-M'.

Assim, por exemplo, ao dizermos que uma criança está correndo de medo de um cachorro, o ter medo de cachorro é entendido por (TCM) como um fenômeno do cérebro da criança que tem o papel de causar o comportamento de fugir e outros similares, diante de estímulos tais como o de presença de cachorro latindo, dada a atuação conjunta de outros atributos psicológicos, como a crença de que se trata de um cachorro perigoso e o desejo de proteger-se. Portanto, (TCM) pode ser entendida como uma versão do funcionalismo sobre essas CPOs, se entendermos o funcionalismo como a visão segundo a qual esses conceitos dizem respeito a atributos individuados, de alguma maneira, em termos de funções. As funções são concebidas por (TCM) como papéis causais, os quais, por sua vez, são entendidos como relações entre estímulos perceptivos, outros “estados mentais” e comportamentos (cf. também ARMSTRONG 1999, 6/81/101 e LEWIS 1972).

Em algumas enunciações de tal tese por Armstrong e Lewis há certas expressões utilizadas em sentidos nem sempre por eles explicitados; em particular, 'causa' ou 'acarre-

tamento' (*bringing about*), 'comportamento', 'estado' e 'ser apto'. A noção de causação pressuposta é mecanicista, isto é, em termos de elos contínuos no espaço e no tempo entre causas e efeitos (cf. ARMSTRONG 1968, 83; 1984, 164 e LEWIS 1994, 412-413). A noção de comportamento utilizada é a de movimentos motores e manifestos do corpo (e regidos por esse tipo de causação), que podem ser descritos em termos puramente físicos (cf., por exemplo, ARMSTRONG 1968, 84; 1984, 106-107 e LEWIS 1994, 417)<sup>8</sup>. A expressão 'estado' é empregada em sentido amplo, abrangendo não só estados, mas também processos e outras formas de entidades que possam ocupar os referidos papéis causais (cf. ARMSTRONG 1968, 82)<sup>9</sup>. O uso da expressão 'ser apto' visa salientar a possibilidade de a presença de um “estado mental” não necessariamente causar um comportamento que ele tenha a função de causar, sendo aquele caracterizado em dependência de relações causais com outros “estados mentais”; por exemplo, uma pessoa desejará pegar um guarda-chuva antes de sair de casa para ir ao trabalho tipicamente apenas se tiver a crença de que há boa chance de que vá chover enquanto estiver fora (cf. ARMSTRONG 1968, 82-83; 1984, 147). Levamos em conta o sentido em que esses termos são utilizados na abordagem permite-nos ter uma ideia mais precisa de sua formulação.

Quanto à ideia, na referida tese, de relações entre as entidades mentais, trata-se uma maneira de reter o traço holista que pelo menos muitos CPOs possuem. A abordagem salienta que pelo menos muitos deles são “de acordo glo-

---

<sup>8</sup> Esse uso transparece, sobretudo, ao compararem sua proposta com abordagens comportamentais (o que, a nosso ver, é problemático). Tratamos a esse respeito em parte da seção 3.

<sup>9</sup> Isso é conotado também, por exemplo, em Armstrong (1968, 129 e ss.; 1980, 194-195; 1984, 105; 1999, 87).

bal” (*package-deal*), ou seja, a aplicação de um depende da inferência implícita de uma cadeia de outros atributos psicológicos. Esses conceitos são análogos aos relativos a equipes; tal como, por exemplo, uma pessoa não é membro de uma tropa isoladamente, mas apenas havendo várias outras pessoas organizadas de determinada forma, assim não há, por exemplo, um propósito ou uma crença isolados, antes dependendo da existência de outros atributos semelhantes ao mesmo tempo. (TCM) supõe que se trata de uma inter-determinação do comportamento por atributos psicológicos entendidos em termos de (MENT) (cf. ARMSTRONG 1968, 82; 1984, 154-156; 1999, 83-84 e LEWIS 1966, 21; 1972, 250 e ss.; 1994, 416).

Armstrong e Lewis salientam a neutralidade de sua primeira tese principal com respeito ao que realiza os supostos papéis causais. Os ocupantes dos papéis causais, a princípio, poderiam ser desde entidades neurais e correntes eletromagnéticas em placas de silício até entidades imateriais: a tese “não diz nada sobre que tipo de estado ocupa o papel causal. Ele pode ser um estado físico ou não físico” (LEWIS 1994, 418, tradução nossa). Conforme Armstrong (1984, 157-158, grifo do autor, tradução nossa), “Não há incoerência lógica em combinar a teoria causal da mente com, digamos, o dualismo cartesiano. [...] [É] uma teoria 'tópico-neutra', porque não especifica a natureza daquilo que desempenha o papel causal”. Segundo esses autores, a pergunta pelos ocupantes em geral dos papéis causais requer uma resposta de caráter *a posteriori*, baseada em especulações e evidências empíricas (cf. ARMSTRONG 1968, 89; 1984, 140-141; 1999, 86 e LEWIS 1966, 20).

A segunda tese principal de (TCM) é sobre essa pergunta (sendo, assim, considerada uma tese de caráter *a posteriori*

ri). Trata-se da tese de que os ocupantes dos concebidos papéis causais são entidades neurais e, eventualmente, substratos similares de outras constituições físicas. Ela é considerada uma boa aposta, baseada em um olhar materialista mais geral do mundo e na premissa de que ela corresponde a uma hipótese mais adequada aos dados empíricos em neurofisiologia (então) recente do que uma hipótese imaterialista (cf. ARMSTRONG 1968, 90; 1980, 196-197; 1999, 87 e LEWIS 1966, 23-24; 1972, 249; 1994, 418).

Além disso, essa segunda tese possui uma cláusula propondo que as identidades entre os ocupantes dos papéis causais e as entidades cerebrais ou análogas são identidades de tipos (ou tipo-tipo) restringidas, e não de exemplares (ou exemplar-exemplar):

Se  $M$  significa 'o ocupante do papel- $M$ ' e há variação naquilo que ocupa o papel- $M$ , então nossas identidades psicofísicas precisam ser restritas: não simples [identidades]  $M = P$ , mas  $M\text{-em-}K = P$ , onde  $K$  é um grupo [*kind*] dentro do qual  $P$  ocupa o papel- $M$ . [...]

A ameaça de variação levou muitos a recuar da identidade 'tipo-tipo' para a 'exemplar-exemplar'. [...] [M]as a fuga a partir das identidades tipo-tipo foi inteiramente desnecessária. Pois nossas identidades restritas, da forma  $M\text{-em-}K = P$ , são ainda tipo-tipo. (LEWIS 1994, 419-420, grifo nosso em variáveis, tradução nossa)

Reconhecendo ser plausível a tese da múltipla exemplificabilidade (ou realizabilidade) – segundo a qual uma predicação psicológica ordinária não designa, em princípio, um mesmo (tipo de) atributo invariavelmente –, os autores não se comprometem sem restrições com uma teoria de identidades de tipos psicológicos a tipos de bases categóricas físicas. Porém, apostam em identidades de tipos restritas, no sentido de identidades relativas a um grupo de sistemas, como, por exemplo, uma espécie biológica ou um

grupo dentro de uma espécie, ou mesmo relativas de um sistema para outro<sup>10</sup>. Um tipo psicológico *P* não é visto ser *simpliciter* (isto é, em sentido absoluto) idêntico a um tipo físico interno *S*; antes, *P*-em-*K*, sendo *K* um grupo de sistemas (por exemplo, uma espécie de reptéis, ou um subconjunto de seus membros), ou *P*-em-*x*, sendo *x* um sistema particular (por exemplo, uma pessoa individual), é visto ser idêntico a um tipo *S*. Por isso, Armstrong e Lewis julgam desnecessário o recuo de autores como Putnam (1975a, 1975b) e Fodor (1968, 1975) a identidades apenas de exemplares (isto é, identidades entre um fenômeno psicológico particular e irrepitível *m* a um ou outro fenômeno físico particular e irrepitível *s*) face à ideia de múltipla exemplificabilidade de tipos psicológicos. Ou seja, a abordagem é compatível com essa ideia sem precisar rejeitar que os tipos psicológicos se identificam com tipos de fenômenos cerebrais e similares. A identidade de exemplares, na abordagem, é aceita somente na medida em que a identidade de tipos *a* implica, já que os tipos ocupam papéis causais apenas através de seus exemplares (cf. também ARMSTRONG 1984, 160-163; 1999, 103-104; LEWIS 1980, 218-221 e BRADDON-MITCHELL E JACKSON 2007, 100-103)<sup>11</sup>.

## 2 OBJEÇÕES A (TCM)

Nesta seção, apresentamos algumas objeções (TCM), a sa-

---

<sup>10</sup> Essa última possibilidade é apontada por Armstrong (1984, 162), Braddon-Mitchell e Jackson (2007, 103) e - não a descartando, mas sem a encorajar - Lewis (1980, 221).

<sup>11</sup> Mais do que julgarem desnecessário manter apenas identidades de exemplares, esses autores consideram ser inaceitável fazê-lo, porque, segundo eles, do contrário não se acomoda, estritamente, a ideia de que os CPOs referem-se a causas internas efetivas. Cf. Armstrong (1984, 139-140/162-163), Lewis (1994, 420) e Braddon-Mitchell e Jackson (2007, 103-104).

ber: (i) de que infringe a mereologia dos CPOs; (ii) a atribuição que faz do porquê dos comportamentos que explicamos ou predizemos através de CPOs a entidades cerebrais e similares é problemática; (iii) é pouco provável que todos os comportamentos admitidos por contrafactuais sumarizados por uma predicação psicológica ordinária tenham uma causa interna compartilhada; e (iv) a abordagem dá margem à inclusão de meros acidentes como sendo funções dos atributos psicológicos.

(i) *Mereologia*. Se (TCM) estivesse correta, então os CPOs formariam predicações satisfeitas pelo cérebro ou por outras partes do organismo. Ora, se assim fosse, então a aplicação desses conceitos a partes do organismo seria coerente com as nuances mínimas deles. Porém, ela não o é, pois não há algo como o cérebro ou outra parte do corpo caçar uma presa ou guardar um alimento; saudar ou não (calorosamente ou relutantemente) alguém; empalidecer, enrubescer, gritar ou sorrir, etc. Comportamentos como esses, em conjunção com situações ambientais relevantes, formam critérios com base no que decidimos sobre se alguém tem determinado atributo psicológico, critérios satisfeitos apenas pelo organismo como um todo, embora, certamente, o cérebro e as partes do corpo sejam condições que permitem isso. Além disso, simplesmente não faz sentido aplicar CPOs ao cérebro ou a qualquer outra parte do corpo. Por exemplo, não faz sentido dizer que o cérebro de um cachorro espera que seu dono lhe lance uma lasca de madeira para buscar e, tampouco, que não o espera; antes, dizemos que é o cachorro como um todo que espera isso. De modo geral, apenas de um organismo como um todo – um pombo, um gato, um ser humano, etc. – faz sentido se dizer que tenha ou não certos desejos e expectativas, adore ou deteste certas

coisas, e assim por diante (cf. RYLE 1949, 167-168; WITTGENSTEIN 1953, §281ss e BENNETT E HACKER 2003, 70-72). Assim, (TCM) é implausível.

(ii) *O porquê do comportamento.* Se (TCM) fosse correta, então atribuiríamos o porquê dos comportamentos que explicamos ou predizemos por meio de CPOs a entidades cerebrais ou semelhantes, mesmo quando conhecêssemos a história (filogenética ou ontogenética) e os estímulos associados a esses comportamentos. Porém, quando conhecemos sua história e os estímulos que lhe estão associados, tendemos a não atribuir seu porque às entidades cerebrais subjacentes. Por exemplo, se temos familiaridade com uma criança que diga estar magoada com outra e sabemos que esta pegou o brinquedo daquela sem pedir, não tendemos a dizer que a mágoa seja algo interno causando seus franzimentos no rosto ao ver a outra, sua agressão com relação a ela, seu choro e comportamentos semelhantes; antes, é natural apontarmos o porquê de ocorrerem as relações entre comportamentos semelhantes a esses emitidos em circunstâncias passadas pela criança com as consequências (algumas reforçadoras, outras punitivas) que produziram<sup>12</sup>. De modo similar, se tivermos o conhecimento relevante, não dizemos que o medo que um suricata sente ao ver uma águia seja algo na cabeça dele que cause e explique o porquê de seu comportamento de correr para uma toca; sabendo que águias são predadoras dessa espécie e que tal comportamento teve um valor de sobrevivência, reconhecemos o porquê dele na história ambiental respectiva (ainda

---

<sup>12</sup> Sobre as noções de reforço e punição, bem como as noções de comportamentos operantes e respondentes, as quais são pressupostas neste trabalho, cf., por exemplo, Catania (1998) e Mazur (2006).

que, sem dúvida, haja causas internas que embasam esses processos). Se essa linha de raciocínio estiver correta, segue-se que (TCM) é implausível<sup>13</sup>.

(iii) *Objecção a partir do caráter heterogêneo.* Pelo menos boa parte de predicacões psicológicas ordinárias têm um caráter heterogêneo, no sentido de sumarizarem contrafactuais relacionando várias formas de situações e comportamentos. Ou seja, não são predicacões que indiquem ser provável que, em um único tipo de situação, apenas certo comportamento ocorreria. Por exemplo, quando dizemos que uma criança está irritada com outra, estamos afirmando que, em situações como a de esta aproximar-se daquela, de provocá-la, de presença da mãe daquela, ou, enfim, em uma série de outras possíveis, certas ações ou reações provavelmente teriam lugar, como agressão, distanciamento, choro, etc. Quanto a isso, conforme vimos, (TCM) concorda. Porém, ela sugere que, por detrás dessa diversidade de comportamentos que podem estar, de alguma maneira, relacionados ao fenômeno de a criança estar magoada, há um atributo cerebral na criança que é causa eficiente de todos esses comportamentos. Ou seja, a abordagem toma como fator de verdade de uma série heterogênea de contrafactuais uma entidade concreta específica (ainda que o tipo dela seja relativo a um grupo de sistemas ou a um sistema). É natural, então, levantarmos uma dúvida sobre a razoabilidade da abordagem quanto a isso, pois o que faz é semelhante a dizer que todos os comportamentos de filósofo emitidos por alguém que é filósofo são causados por uma mesma entidade cerebral. Evidentemente, não inferimos, a partir da pre-

---

<sup>13</sup> Uma linha de raciocínio aparentada é desenvolvida por Skinner (1976, 57-59; 1988, 18-19).

missa do aspecto heterogêneo de predicacões em questão, que a abordagem não esteja correta, posto que tal aspecto, por si só, não é logicamente incompatível com a tese reducionista (ou seja, de identidade de tipos) sugerida pela abordagem. O que consideramos razoável inferir, a partir da constatação do que afirmamos na referida premissa, é que a tese reducionista é pouco provável.

(iv) *Funções e acidentes*. É questionável que (TCM) seja capaz de distinguir entre funções de um atributo psicológico e meros acidentes. A abordagem, como vimos, sustenta uma identidade de tipos restrita entre atributos psicológicos e entidades cerebrais ou semelhantes que desempenhem determinados papéis causais. Esses papéis causais são entendidos na abordagem como papéis de causar certos comportamentos, a partir de certos estímulos perceptivos e de certas relações com outros “estados mentais”. Os comportamentos, por sua vez, são entendidos nela em termos de movimentos externos do corpo. Julgamos que a conjunção da referida perspectiva sobre atributos psicológicos com essa pressuposição sobre os comportamentos dá margem à inclusão de meros acidentes como sendo funções dos atributos psicológicos (por mais que a abordagem tente estar em consonância com a individuação dos comportamentos pelo senso comum). Suponha-se, por exemplo, que o comportamento de pressionar uma alavanca dez vezes por um macaco seja o suficiente para ele obter como recompensa um alimento. Esse pressionar a alavanca, nessa situação específica, pode dar-se de múltiplas maneiras, no que diz respeito aos movimentos do corpo. A partir de (TCM), poder-se-ia dizer que o macaco quer, dentre outras coisas, pressionar a alavanca, e os movimentos envolvidos são causados por um atributo interno correspondente ao querer dele. No

entanto, há movimentos que são meramente acidentais ao seu comportamento, e não definidores dele. O que define se o comportamento é de pressionar a alavanca, nesse caso, é se a alavanca vem a ser efetivamente acionada para liberar o alimento, e, a princípio, não coisas como, por exemplo, a velocidade com que os movimentos são executados ou se com uma determinada parte do corpo ao invés de outra. O problema torna-se mais latente ainda se a causação for uma relação transitiva. Considere-se, por exemplo, uma propriedade como a de esmagar a grama, que um movimento motor pode ter. Um comportamento como o de corrida de um animal em forrageamento pode ser constituída por movimentos motores que exemplifiquem tal propriedade; e pode ser assim constituída de maneira meramente acidental (tal como a emissão de um ruído pelo coração é mero acidente, e não função do coração). Segundo (TCM), o animal em forrageamento quer obter alimento e tal querer é uma entidade interna que causa eficientemente os movimentos de seu correr e, por transitividade, seu esmagar a grama pela qual passa. Ocorre que, nesse caso, o esmagar a grama é meramente acidental, e não uma função do querer obter alimento. O problema generaliza-se para outros casos de comportamentos formados por movimentos externos. Em outras palavras, as propriedades físicas deles supervenientes puramente ao corpo não são condições suficientes de sua individuação, o que acarreta o problema. Se esse argumento estiver correto, (TCM) revela-se (mais uma vez) implausível<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Este argumento é baseado, em parte, em linha de raciocínio de Millikan (1993) e Wright (1973).

### 3 PARALELOS ENTRE (TCM) E A ABORDAGEM QUE SUGERIMOS

A abordagem que sugerimos é uma tentativa de coadunar análises que encontramos em Ryle (1949) e em contribuições afins, como, por exemplo, as de Bennett e Hacker (2003), com algumas contribuições teóricas relacionadas às noções de operante e respondente (resultando em uma abordagem similar, em vários aspectos, mas não em todos, ao behaviorismo teleológico de Rachlin, 1994), além de com aspectos teóricos do teleofuncionalismo de Millikan (1984, 1993). Podemos chamar a abordagem de um behaviorismo teleofuncional ou teleofuncionalismo comportamental (que abreviamos por '(BTF)')<sup>15</sup>.

Por questão de espaço, cingimo-nos, aqui, a apresentar apenas brevemente (BTF)<sup>16</sup>. Fazêmo-lo por meio de algumas comparações com (TCM), a saber, quanto: (i) à noção de comportamento; (ii) às conexões de CPOs com comportamentos; (iii) ao estatuto causal ou não dos CPOs; e (iv) ao holismo e ao funcionalismo.

- (i) *Noção de comportamento.* Armstrong (1968, 54-57; 1999, 57-58) acredita assumir a noção de comportamento de abordagens comportamentais em geral. Por vezes, refere-se, especialmente, a Ryle e a Wittgenstein – ou ao que denomina behaviorismo analítico –, mas, outras vezes, “ao behaviorismo” (como se fosse uma tradição suficientemente homogênea) sem restrições

---

<sup>15</sup> Diferenças entre (BTF) e a perspectiva de Rachlin incluem a dimensão teleofuncionalista que propomos, a consideração de comportamentos não manifestos e a ênfase não só em relações operantes, mas também em respondentes.

<sup>16</sup> Uma apresentação mais pormenorizada de (BTF) envolveria indicar representações que sugerimos para cada categoria de CPOs e argumentos em seu apoio. Acreditamos, contudo, que a menção aos aspectos a seguir são suficientes para os propósitos do presente trabalho.

(cf. ARMSTRONG 1999, 62). Armstrong associa-lhes a noção de comportamento como a de uma entidade simplesmente física e manifesta, isto é, como movimentos motores e manifestos regidos por causação eficiente. Isso ocorre ao mencionar algum suposto aspecto de abordagens desses autores empregando as expressões “comportamento físico” ou “comportamento físico manifesto” (*outward physical behavior*). Porém, para além de, arguivelmente, a noção de comportamento assumida por (TCM) ser similar, na verdade, apenas a de algumas perspectivas comportamentais (por exemplo, com a de Hempel 1980), (BTF), em particular, rejeita a visão assumida por (TCM) a respeito dessa noção, pois baseamo-nos nas noções de operante e de respondente, como desenvolvidas por Skinner (1953, 1976), em conjunção com um teleofuncionalismo a respeito delas. Assim, em primeiro lugar, enquanto (TCM) concebe comportamentos como meros movimentos físicos ou motores, concebemos os comportamentos como entidades que se definem por suas relações com aspectos do ambiente maior (fora do corpo). Além disso, entendemo-los como entidades que possuem funções; em particular, funções conforme entendida na chamada análise etiológica<sup>17</sup>. Ou seja, falando brevemente, trata-se de entidades que têm sua origem em histórias seletivas (ou seleção pelas consequências, nos termos de Skinner 1988), ou que, embora algumas vezes não se originam desse modo, passam por

---

<sup>17</sup> Sobre a análise etiológica da noção de função, cf., por exemplo, Artiga (2010), Millikan (1984, 1993) e Wright (1973).

processos deste tipo, em qualquer caso adquirindo funções (por vezes chamadas de funções próprias ou etiológicas). Como salienta Millikan (1993), isso equivale ao contraste entre, de um lado, uma concepção individualista dos comportamentos – exemplificada por (TCM) –, a qual o caracteriza em termos puramente supervenientes a aspectos do corpo; e, de outro, uma concepção anti-individualista ou externista (exemplificada pela abordagem que esboçamos), que o caracteriza em termos que envolvem referência ao ambiente maior, inclusive a processos históricos. Em segundo lugar, não aceitamos a ideia de que todo comportamento envolva movimento motor. Conforme (BTF), comportamentos são mudanças ocorridas em um organismo ou mudanças operadas por ele (em razão de mudanças no ambiente) e que possuem funções próprias. Ora, mudanças (conforme já Aristóteles elucidada) não são necessariamente movimentos, pelo menos no sentido de locomoção ou deslocamento. Elas podem ser mudanças qualitativas; por exemplo, o empalidecimento ou o enrubescimento do rosto. Em terceiro lugar, em (BTF), não há cláusula estabelecendo que comportamentos sejam necessariamente manifestos. Há, segundo (BTF), comportamentos, sejam operantes ou respondentes, que podem ser formados por mudanças no organismo que não são observáveis a partir da simples contemplação do corpo externo; por exemplo, contração nos vasos sanguíneos e aumento ou diminuição do batimento cardíaco, face a estímulos, no caso, eliciadores (sejam incondicionados ou condicionados).

(ii) *Conexões lógicas com relações comportamentais.* Arms-

trong e Lewis, como vimos, acreditam reter de abordagens comportamentais a ideia de que CPOs possuem conexões lógicas com comportamentos e com estímulos. No entanto, para (TCM), as ditas conexões lógicas são apenas conexões entre a especificação dos papéis causais relevantes, entendidos em termos de (MENT), com comportamentos e estímulos. Assim, para (TCM), trata-se simplesmente de conexões para fins epistêmicos, e não de conexões ontológicas entre atributos psicológicos e tais relações. O mental, diz Armstrong “não tem, de forma alguma, qualquer tipo de sobreposição com o comportamento. O mental está todo dentro [*is all within*]” (Armstrong 1984, 147, tradução nossa; cf. também Armstrong 1999, 87-88). Em outras palavras, segundo (TCM), os comportamentos e os aspectos do ambiente maior são apenas elementos para a identificação dos supostos papéis causais dos atributos psicológicos. Já consoante (BTF), as relações entre comportamentos e aspectos do ambiente maior ao longo do tempo (em alguns casos, inclusive relações presentes) são constitutivas desses atributos. Ou seja, sugerimos que padrões de relações operantes e respondentes são os atributos aos quais inerentemente nos referimos através dos CPOs.

- (iii) *Caráter causal versus caráter não causal.* (TCM) acredita, nos termos de Lewis (1966, 21, tradução nossa), “melhorar, de vários modos, a original incorporação behaviorista daquela descoberta [das conexões lógicas]”, porque “permite que experiências sejam [...] as

causas de suas manifestações”<sup>18</sup>. Ou seja (TCM) realça, como um contraste com “o behaviorismo”, este não dar, supostamente, margem a poderes causais a atributos psicológicos. Entretanto, ainda que (BTF) contraponha-se a (MENT), não nega que esses atributos tenham poderes causais, pois aquilo que um organismo faz e suas reações ocasionam mudanças sobre o ambiente maior e sobre outros comportamentos: há um fluxo de influências de relações comportamento-ambiente para outras relações comportamento-ambiente, sob a égide de mecanismos de aprendizagem. Por exemplo, se uma criança tem medo de cachorros, isso significa, segundo (BTF), que ela exibe comportamentos tais como os de evitar contato com pelo menos certos cachorros e de aumento do batimento cardíaco, em certos contextos ou diante de certos estímulos eliciadores (incondicionados ou condicionados), como latido forte de cachorro, em razão da história de interação dessa criança, provavelmente envolvendo consequências aversivas a alguns comportamentos que emitiu diante desse tipo de animal. Ora, esses comportamentos afetam o ambiente e outros comportamentos; por exemplo, o aumento de batimento cardíaco pode ser preparatório para um comportamento de fuga; este, por sua vez, pode levar a criança a outro contexto, ocasião para outro comportamento. Em outras palavras, (BTF) acomoda a intuição de que os CPOs dizem respeito a atributos que têm poderem causais, mas sem a tese

---

<sup>18</sup> Mais tarde, como vimos na seção anterior, Lewis expande sua visão a todas as categorias psicológicas ordinárias.

(MENT), que, como vimos na seção 2, leva a erros de categoria.

- (iv) *Holismo e funcionalismo*. O holismo e o funcionalismo, considerados em seu nível abstrato, são teses compatíveis com (BTF), ainda que de modo muito diferente de com (TCM). Enquanto (TCM) entende as cadeias holistas de predicções psicológicas ordinárias em termos de inferências de inter-relações entre entidades físicas internas controlando os comportamentos, (BTF) entende-as como remissão a padrões de relações operantes e respondentes exemplificados ao longo do tempo (podemos dizer, a um acordo global entre padrões desses tipos). O funcionalismo de (TCM) é baseado em uma concepção de função como papel causal e em termos de (MENT), ao passo que o funcionalismo de (BTF) é uma forma de teleofuncionalismo, baseada na análise etiológica da noção de função; e que, além disso, sugere que os portadores das funções relevantes para as predicções em questão são comportamentos.

#### 4 RESPOSTAS A OBJEÇÕES DE ARMSTRONG E LEWIS

Nesta seção, sustenta-se que as principais objeções de Armstrong e Lewis a perspectivas comportamentais não são cogentes relativamente àquela perspectiva particular que consideramos razoável. As objeções aqui examinadas são: (i) a de que há predicções psicológicas ordinárias sem exemplificação de relações comportamentais, isto é, de relações entre situações e comportamentos pelo organismo; e (ii) a

do “ator perfeito”<sup>19</sup>.

(i) *A objeção da não exemplificação de relações comportamentais.* Armstrong e Lewis levantam a objeção de que perspectivas em pauta não são corretas por CPOs poderem ser aplicados sem haver relações entre circunstâncias e comportamentos sendo exemplificadas ao longo do tempo. A objeção pode ser reconstituída, adaptando-a ao caso específico de (BTF), da forma seguinte:

- (1) Se as predicções psicológicas ordinárias pudessem ser satisfeitas quando não houvesse qualquer comportamento sendo realizado em qualquer contexto que lhe é ocasião (estímulo discriminativo, em terminologia técnica) (no caso, comportamento operante) ou sob qualquer estímulo que o elicia (no caso, comportamento respondente), então elas não teriam como fatores de verdade relações entre contextos ou estímulos eliciadores e comportamentos. [Premissa]
- (2) As predicções psicológicas ordinárias podem ser verdadeiras quando não há qualquer comportamento sendo realizado em qualquer contexto que lhe é ocasião ou sob qualquer estímulo que o elicia. [Premissa]
- (3) Portanto, as predicções psicológicas ordinárias não têm como fatores de verdade relações entre contextos ou estímulos e comportamentos. [De (1) e (2), *modus ponens*]

---

<sup>19</sup> Uma terceira objeção é a da negação de (MENT): para Armstrong (1968, 56), que toma (MENT) como algo intuitivo, uma perspectiva que negue (MENT) reduz-se ao absurdo. Cf. também Braddon-Mitchell e Jackson (2007, 42). Ou seja, essa objeção questiona perspectivas comportamentais apontando que negam que os CPOs se refiram a entidades internas (e não comportamentais) que, a partir de estímulos iniciais do ambiente, causam os comportamentos. Essa objeção não só não oferece dificuldade à abordagem que sugerimos, mas tampouco a outras perspectivas comportamentais, na medida em que se trata de um argumento que comete petição de princípio, pois ele assume de antemão (MENT), tese que, justamente, é colocada em jogo pelas perspectivas em questão.

Em resposta a essa objeção, questionamos a premissa (2), ou seja, que haja realmente casos em que uma predicação psicológica ordinária é verdadeira sem que relações operantes e reflexas relevantes sejam exemplificadas. Essa premissa é apoiada pelos autores com base em alguns exemplos, os quais avaliamos como sendo implausíveis, tal como se segue.

Um primeiro exemplo, imaginado, em particular, por Armstrong, é o de um suposto cérebro fora do restante do corpo e, de alguma forma, mantido em funcionamento. O autor alega que tal cérebro poderia satisfazer predicacões psicológicas ordinárias:

Suponha-se que fôssemos capazes de fazer um registro completo dos impulsos do sistema nervoso de alguém durante toda sua vida. Suponha-se que criemos, artificialmente, uma cópia exata desse sistema nervoso, mas o separemos de todo corpo. [...] [E]ntão organizemos o que acontece a esse sistema artificial de modo que seja *exatamente* igual [...] ao que aconteceu ao sistema nervoso da pessoa em vida. Certamente, é provável que este cérebro teria uma mente, e, *subjetivamente*, suas experiências seriam [...] as mesmas que aquelas da pessoa cujo sistema nervoso foi copiado. Contudo, por hipótese, o cérebro seria incapaz de *comportamento* [...].

O que o behaviorista pode dizer sobre esse caso? (ARMSTRONG 1968, 71-72, grifos de autor; tradução nossa)

Sugerimos que tal caso não é razoável por pelo menos duas razões. A primeira razão é que ele infringe a mereologia dos CPOs. Como argumentamos na seção 2, CPOs aplicam-se com sentido apenas ao organismo vivo como um todo, e não a partes dele. A segunda razão é que um cérebro ou sistema nervoso central não é submetido aos mesmos acontecimentos ambientais aos quais alguém como um todo pode ser submetido. Por exemplo, um cérebro não tem braços, pernas e outros membros do corpo, os quais es-

tão sujeitos a acontecimentos ambientais diversos, tais como serem molhados, secos ou bronzeados, serem acariciados ou feridos, etc. Ora, esses acontecimentos são relevantes para a aplicação de CPOs. É ininteligível que possa haver, por exemplo, o gostar de lavar as mãos antes de refeições, mas não ter mãos; achar que haja uma veste no corpo, mas não ter corpo. Ou seja, há coisas que ocorrem com o corpo e que não ocorrem, pelo menos inteiramente, em seu sistema nervoso central, mas que são relevantes para a aplicação de CPOs.

Um segundo exemplo, apontado tanto por Armstrong (1999, 62) como por Lewis (1966, 22; 1994, 418), é o de uma pessoa totalmente parálitica durante muitos anos. Uma perspectiva comportamental, julga Lewis (1994, 418, tradução nossa), não teria lugar para um “total e incurável paralítico com uma vida mental rica e sem nenhuma disposição comportamental”.

Julgamos que, ao alegarem isso, Armstrong e Lewis deixam de levar em conta os usos efetivos dos CPOs, em razão do que questionamos seu exemplo. Os critérios de pelo menos boa parte dos CPOs são relações entre contextos e comportamentos (no caso, operantes) e, por vezes, condições eliciadoras do ambiente e dos comportamentos (no caso, respondentes). Mesmo no caso de um organismo paralítico, dizemos que deseja algo, tenha fome, esteja irritado ou magoado, contente ou descontente, etc., apenas em razão de como se comporta nas circunstâncias em que se encontra e de sua conduta passada. Na condição extrema apontada, em que, supostamente, um organismo estaria totalmente paralítico e sem emitir qualquer comportamento operante ou respondente diante de certos contextos ou estímulos, as predicções psicológicas ordinárias que ele satis-

faria seriam, provavelmente, apenas aquelas que admitam como critérios aquilo que o organismo fez antes de ser acometido pela parálise (por exemplo, uma predicação atribuindo um traço de personalidade ou uma habilidade, atributos que, no entanto, em tal condição extrema, estariam por extinguir-se).

Por fim, Armstrong alega que há sensações e pensamentos sem exemplificação de relações entre situações e comportamentos. Por exemplo, Armstrong (1980, 194, tradução nossa) diz: “Quando penso, mas meus pensamentos não terminam em qualquer ação, [...] há na verdade algo ocorrendo em mim que constitui meu pensamento” (cf. também Armstrong 1968, 68-70).

Tal caso não constitui um contraexemplo ao que sugerimos, porque ele tem pelo menos duas pressuposições equivocadas, a saber: a de que perspectivas comportamentais, em geral, cingem-se a movimentos motores e externos; e a de que elas sustentam que todos os CPOs têm um caráter disposicional. A primeira pressuposição é equivocada porquanto há perspectivas comportamentais, inclusive a que sugerimos (conforme vimos na seção 3), que rejeitam a noção de comportamento como meros movimentos externos do corpo e que, além disso, propõem haver comportamentos não manifestos exteriormente. A segunda pressuposição é equivocada porque, na verdade, consideramos que algumas categorias de CPOs possuem uma feição episódica, incluindo a categoria relativa a sensações, a relativa a processos perceptuais e a relativa a processos como os de raciocinar. Ou seja, reconhecemos que as predicções formadas por conceitos dessas categorias implicam relações comportamentais efetivas no momento em que se aplicam. Em outras palavras, (BTF) concorda que predica-

ções como as de sensações e de atividades de raciocínio remetem a ocorrências momentâneas e, além disso, que essas ocorrências não são necessariamente exibidas em movimentos motores externos. A questão, sugerimos, é que isso não implica em (MENT).

(ii) A objeção do “ator perfeito”. Lewis (1966, 22, tradução nossa) alega não ser possível abranger, em uma visão comportamental, “o caso de um ator perfeito, fingindo ter as experiências que, na verdade, não tem”, e que (TCM), por outro lado, “tem lugar para um enganador resoluto, disposto a, aconteça o que for, comportar-se como se seus estados mentais fossem outros que os que verdadeiramente possui” (LEWIS 1994, 417-418, tradução nossa). Podemos, então, representar essa objeção do seguinte modo:

- (1) Se uma perspectiva comportamental sobre CPOs fosse correta, então, necessariamente, se um ator imitasse perfeitamente os comportamentos de alguém, então o ator possuiria os mesmos atributos psicológicos daquele que ele imita. [Premissa]
- (2) Mas, possivelmente, se um ator imita perfeitamente os comportamentos de alguém, então o ator não possui os mesmos atributos psicológicos daquele que ele imita. [Premissa]
- (3) Logo, não é o caso que alguma perspectiva comportamental sobre CPOs esteja correta. [De (1) e (2), *modus tollens*]

Nossa resposta a essa objeção é que a premissa (1) é equivocada, pois, pelo menos de acordo com (BTF), é falso

que os comportamentos relevantes, em geral, sejam exibidos pelo ator. O próprio fato de os comportamentos serem de um ator já indica isso: eles são comportamentos de imitar, e não os comportamentos genuínos. O ator, como a objeção supõe, meramente imita comportamentos de alguém. Ou seja, não se trata de comportamentos que tenham as funções próprias (para nos valermos da terminologia de Millikan) dos comportamentos que são imitados, pois aqueles de imitar possuem a função própria de imitar (e, eventualmente, também uma função própria de obter certas recompensas por isso, como a de ganhar dinheiro). Por exemplo, enquanto os comportamentos dos organismos em busca de alimento podem significar coisas como o desejar alimentos, o esperar enfrentar bem um período de escassez de recursos, o ser ágil e assim por diante (a depender das características específicas deles e de suas circunstâncias), os movimentos de um ator similares àqueles envolvidos, por vezes, nesses comportamentos, têm outras funções (a saber, as funções, justamente, de imitar e de obter certas recompensas por isso) que as relevantes; pelo menos se, de fato, se supuser que o ator está meramente imitando.

Se se quiser pedir para imaginarmos uma pessoa que realize os comportamentos com as funções próprias relevantes e isso estiver, inclusive, em um acordo global (isto é, holístico) com outros comportamentos, ao longo de sua vida, que consideramos significarem outros atributos psicológicos, então, sim, mantemos que ambas as pessoas exibem atributos psicológicos pelo menos aproximadamente do mesmo tipo. Ocorre que, em tal caso, a ideia de que uma dessas pessoas meramente imita a outra está excluída.

Nossa resposta, em resumo, é o seguinte argumento, formado por um dilema. Os movimentos e, em geral, as

mudanças produzidas pelo ator, não exibiriam funções relevantes ou as exibiriam. Se essas mudanças não exibissem as funções, então é falso que o ator exibiria os mesmos padrões de relações comportamentais relevantes daquele que ele imita. Já se essas mudanças exibissem as funções, então é falso que o ator meramente imitaria. Logo, é falso que o ator exibiria os mesmos padrões de relações comportamentais relevantes de quem ele imita, ou é falso que o ator meramente imitaria. Ora, se é falso que o ator exibiria os mesmos padrões de relações comportamentais relevantes do imitado, ou que o ator meramente imitaria, então a premissa (1) da objeção do “ator perfeito” é falsa. Logo, a premissa (1) da objeção do ator perfeito é falsa. Portanto, a objeção não é cogente.

## 5 CONCLUSÃO

Em suma, a abordagem de Armstrong e Lewis está sujeita a várias objeções. Estas incluem: (i) a de que infringe a mereologia dos CPOs; (ii) é problemática a atribuição que faz do porquê dos comportamentos que explicamos ou predizemos através de CPOs a entidades cerebrais e similares; (iii) é pouco provável que todos os comportamentos admitidos por contrafactuais sumarizados por uma predicação psicológica ordinária tenham uma causa interna compartilhada; e (iv) não distingue suficientemente entre funções de atributos psicológicos e meros acidentes.

As principais objeções de Armstrong e Lewis a abordagens comportamentais não se revelam cogentes com relação àquela específica que sugerimos. A objeção de que há atributos psicológicos sem contrapartidas em relações comportamentais é baseada em exemplos que, como procuramos

mostrar, são implausíveis. Quanto à objeção do “ator perfeito” baseia-se na premissa de que, se uma perspectiva comportamental fosse correta, então, necessariamente, se um ator imitasse perfeitamente os comportamentos de alguém, possuiria os mesmos atributos psicológicos do imitado. Tal premissa é implausível, porquanto não é o caso que o ator exibiria os mesmos padrões de relações comportamentais relevantes do imitado, ou não é o caso que o ator meramente imitaria.

**Abstract:** Armstrong and Lewis' account of ordinary psychological concepts is couched in terms of a synthesis between behaviorism and Cartesianism. Their approach supports fundamentally two theses, *viz.*: (i) that such concepts explain and predict behavior by referring to inner (i.e., proper of the inside body) entities that occupy the relevant roles of bringing it about; and (ii) that the occupiers of these roles are identical with brain entities and, eventually, inner substrata of other physical constitution, in the sense of type-type (rather than token-token) identities (though with qualifications). On the one hand, this approach opposes the idea that such concepts do not refer to inner causes; but, on the other, it proposes a sort of materialistic view, and conceives of these concepts as having logical connections with behavioral relations of the organism as a whole with aspects of the larger environment. The present work aims at suggesting that (a) this approach is not plausible, by presenting it several objections; and also that (b) Armstrong and Lewis' criticisms of behavioral perspectives do not touch at least a particular one, which is here sketched out and favored.

**Keywords:** psychological categories; causal theory of the mind; behavior; behaviorism.

## REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, D. M. *A materialist theory of the mind*. London: Routledge, 1968.

\_\_\_\_\_. The nature of mind. In: BLOCK, N. (Ed.). *Readings in philosophy of psychology*. v. 1. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980. p. 191-199. (Trabalho originalmente publicado em 1970.)

\_\_\_\_\_. Consciousness and causality. In: \_\_\_\_\_; MALCOLM, N. *Consciousness and causality: A debate on the nature of mind*. Oxford: Blackwell, 1984. p. 103-191.

\_\_\_\_\_. *The mind-body problem: An opinionated introduction*. Boulder, CO: Westview Press, 1999.

ARTIGA, M. Learning and selection processes. *Theoria*, v. 25, n. 68, p. 197-208, 2010.

BENNETT, M. R.; HACKER, P. M. *Philosophical foundations of Neuroscience*. Oxford: Blackwell, 2003.

BRADDON-MITCHELL, D.; JACKSON, F. *Philosophy of mind and cognition: An introduction*. 2<sup>nd</sup> ed. Oxford: Blackwell, 2007 [1996].

CATANIA, A. C. *Learning*. 4<sup>th</sup> ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1998.

FODOR, J. A. *Psychological explanation: An introduction to the philosophy of psychology*. New York, NY: Random House, 1968.

\_\_\_\_\_. *The language of thought*. New York, NY: Crowell, 1975.

HEMPEL, C. G. The logical analysis of Psychology. Trans. by W. Sellars. In: BLOCK, N. (Ed.). *Readings in philosophy of psychology*. v. 1. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980. p. 14-23. (Trabalho originalmente publicado em 1935.)

JACKSON, F. *et al.* Functionalism and type-type identity theories. *Philosophical Studies*, v. 42, n. 2, p. 209-225, 1982.

LEWIS, D. K. An argument for the identity theory. *Journal of Philosophy*, v. 61, n. 1, p. 17-25, 1966.

\_\_\_\_\_. Psychophysical and theoretical identifications. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 50, n. 3, p. 249-258, 1972.

\_\_\_\_\_. Mad pain and martian pain. In: BLOCK, N. (Ed.). *Readings in philosophy of psychology*. v.. 1. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980. p. 216-222.

\_\_\_\_\_. Reduction of mind. In: GUTTENPLAN, S. D. (Ed.). *A companion to the philosophy of mind*. Oxford: Blackwell, 1994. p. 412-431.

MAZUR, J. E. *Learning and behavior*. 6<sup>th</sup> ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 2006 [1986].

MILLIKAN, R. G. *Language, thought, and other biological categories: New foundations for realism*. Cambridge, MA: MIT Press, 1984.

\_\_\_\_\_. *White queen psychology and other essays for Alice*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.

PLACE, U. T. Is consciousness a brain process? *British Journal of Psychology*, v. 47, n. 1, p. 44-50, 1956.

PUTNAM, H. Robots: Machines or artificially created life? In: \_\_\_\_\_. *Mind, language, and reality*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1975a. p. 386-407. (Trabalho originalmente publicado em 1964.)

\_\_\_\_\_. The mental life of some machines. In: \_\_\_\_\_. *Mind, language, and reality*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1975b. p. 408-428. (Trabalho original-

mente publicado em 1967.)

RACHLIN, H. *Behavior and mind: The roots of modern psychology*. New York, NY: Oxford University Press, 1994.

REY, G. *Contemporary philosophy of mind: A contentiously classical approach*. Malden, MA: Blackwell, 1997.

RYLE, G. *The concept of mind*. London, UK: Hutchinson, 1949.

SKINNER, B. F. *Science and human behavior*. New York, NY: Macmillan, 1953.

\_\_\_\_\_. *About behaviorism*. New York, NY: Vintage Books, 1976 [1974].

\_\_\_\_\_. Selection by consequences. In: CATANIA, A. C.; HARNAD, S. (Eds.). *The selection of behavior*. New York, NY: Cambridge University Press, 1988. p. 11-20. (Trabalho originalmente publicado em 1981.)

SMART, J. J. C. Sensations and brain processes. *Philosophical Review*, v. 68, n. 2, p. 141-156, 1959.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical investigations*. Ed. by G. E. Anscombe; R. Rhees; trans. by G. E. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1953.

WRIGHT, L. Functions. *Philosophical Review*, v. 82, n. 2, p. 139-168, 1973.